

NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 01/JUL

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2361/2020



DISTRITO FEDERAL



CONTÁGIO À COVID-19 CONTINUA ALTO E CUIDADOS DEVEM SE REDOBRAR

Estamos entrando no mês de julho, completando quase quatro meses do novo coronavírus que se alastrou por todo o nosso planeta. Já são 10 bilhões de infectados e 500 mil mortes em todo o mundo. Por isso, evitar o contágio é a melhor forma de nos proteger, buscando todas as medidas de proteção e não subestimando o vírus. Devemos manter o trajeto casa, trabalho, casa, evitando ao máximo circular e só o fazendo em casos de extrema necessidade e mesmo assim, tomando muitos cuidados para não nos contaminar e assim nos proteger e proteger nossas famílias.

Nesta semana, diretores do Sindicato dos Vigilantes fizeram fiscalização em vários BRTs, pois com o relaxamento do isolamento social e a volta de várias atividades, esses locais tem grande fluxo de pessoas, aumentando o perigo.

Os BRTs visitados foram os seguintes:

- Estação do BRT da floricultura
- Estação vargem bonita
- Estação SMPW. 26
- Estação granja do IP
- Estação Catetinho
- Estação Caub
- Estação Periquito
- Terminal BRT Gama
- Estação Santos Dumont

Também estivemos, mais uma vez no Hospital Regional de Sobradinho para avaliar as condições de trabalho dos vigilantes e se estavam recebendo os equipamentos de proteção, EPIs. Ao mesmo tempo, cobramos do GDF/Secretaria de

Saúde do DF a realização de testes nos vigilantes, inclusive com denúncia que teve repercussão na imprensa e continuaremos cobrando todas as medidas necessárias para a proteção dos vigilantes.



Sede do Sindicato passa por nova sanitização!

Neste domingo, 28/06/2020, a sede Sindicato dos Vigilantes passou por mais uma sanitização em todas as suas salas, móveis, equipamentos, banheiros como medida preventiva no combate à COVID-19 e dando mais segurança aos vigilantes que estão indo à entidade para resolver alguma situação emergencial. Também é fundamental que esta proteção se estenda aos funcionários e direção do Sindicato.

Seguimos juntos, trabalhando diariamente em defesa da proteção aos vigilantes em seus postos de serviço.





Sindforte
Sindicato dos Empregados em Transportes de Valores, Caixa Forte, Escola Armada, Caixa Leve (ATM),
Trabalhadores do Caixa Forte e Tesouraria Bancária (Guarda e Contagem de Valores) do Estado do Rio Grande do Norte

UNI
global
union



SINDFORTE-RN, SOLICITA RETOMADA DAS NEGOCIAÇÕES COLETIVA 2020/2021 AO SINDICATO PATRONAL.



No dia, 26 de Junho, o SINDFORTE-RN, encaminhou um ofício, solicitando a reabertura da Campanha Salarial da categoria Obreira, junto a ABTV e ao Sindicato Patronal, também a intermediação no Ministério da Economia, antigo Ministério do Trabalho e Emprego, na Pessoa do Mediador Dr. Claudio Gabriel sobre o nº SM000338/2020. Considerando que o prazo solicitado pelo Patronal de suspensão de 90 dias se encerraram.

Para a Diretoria do sindicato, a retomada da campanha salarial é de fundamental importância para os trabalhadores, estamos vivenciando um momento difícil com a Pandemia no Brasil e no Mundo. os trabalhadores estão adoecendo, morrendo, tendo serias dificuldades com aumento de despesas em virtude da pandemia, a indefinição do fechamento da campanha salarial e sem reajuste salarial a 04 quatro meses, causa desesperança tristeza e indignação de ao mesmo tempo estamos sendo considerado um categoria essencial prestando um relevante serviço à sociedade no transporte de numerário, a exemplo tivemos um grande aumento nos serviços em virtude do pagamento emergencial do Governo Federal, atendendo o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais, o Art. 3º § XXV – estabelece os serviços de transporte de numerário como atividade essencial;

SINDIFORTE REAFIRMANDO A LUTA E O COMPROMISSO EM DEFESA DA CATEGORIA.

MAIS UMA SEMANA PRESENTE JUNTO AOS VIGILANTES

**AGENCIAS CAIXA, HANGAR BUSSINESS, SEC-ICEIA,
ONDINA, BARRA, Brotas, ETC**



A semana foi de visitas e Fiscalização Sindical por toda Salvador. Praticamente em todas as agências da Caixa de Salvador os colegas da Interfort receberam a nossa visita nesta semana, além de informações e apoio na luta contra o calote e desrespeito. Também onde o Sindicato identificou a necessidade ou foi acionado pelos colegas, estivemos no local.

Vejam abaixo um resumo das visitas da sexta-feira:

INTERFORT/CAIXA – Nas várias agencias verificamos a falta do material de proteção contra o coronavírus e a luta dos colegas contra o calote da empresa em relação as horas e dias extras, além do adiantamento do 13º. A luta do Sindicato e da categoria já fez a empresa recuar, em relação as “extras”. Imaginem que os vigilantes trabalham desde março, no início da pandemia, fazendo plantões extras aos sábados e feriados, horas extras diariamente e a empresa sem pagar, alegando que ia para um banco de horas (banco ladrão) para compensação por folga até junho de 2022. Com

a resistência e protestos a empresa recuou e disse que vai pagar os plantões e horas extras, além do adiantamento do 13º. Já falou até em data, mas estamos aguardando o “por escrito”, para divulgar para todos.

MAP/SEC-ICEIA – Como sempre vimos os trapos que a empresa chama de uniforme ou farda e outras precariedades no Iceia. A falta de material contra o coronavírus continua sendo outra marca da “máquina de moer gente”. Brevemente vamos descrever tudo e divulgar.

CONTÍNUA/HANGAR – Neste posto buscamos checar as condições de trabalho dos Vigilantes. As coisas por lá estão até razoáveis. Continuaremos de olho.

Mesmo na pandemia a direção de luta do Sindicato está junto da categoria fiscalizando, cuidando e atenta as suas demandas, além de marcar em cima o patrão explorador e desumano.

Fonte: Sindvigilantes BA

O Fórum Estadual de Políticas Públicas para Segurança fará uma live para dialogar sobre às questões relacionadas ao trabalho dos vigilantes durante a pandemia de COVID

FÓRUM ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA SEGURANÇA BAHIA FEPPS/BA

Quinta 02 Jul 19h @feppsba

BATE-PAPO SOBRE AS PROFISSÕES E O TRABALHO EM MEIO À PANDEMIA COVID-19

Vigilantes

André Rocha
Articulador do FEPPS/BA
Gestor em Segurança Pública
Serviços Público-Salvador/BA

José Boaventura Santos
PRESIDENTE do Sindvigilantes/BA
PRESIDENTE da CNTV
Confederação Nacional dos Vigilantes

#Se puder fique em casa! #Valorize quem precisa trabalhar

propor estratégias para o enfrentamento do cenário atual.

Será no dia 02/07, quinta-feira, às 19h, no instagram: @feppsba.

O que é o Fórum Estadual de Políticas Públicas para Segurança

É um coletivo formado a partir da articulação intersetorial composto por Servidores Públicos, Gestores, Líderes Comunitários, Representantes de Movimentos Sociais, Sindicatos e representantes das áreas da Saúde, Assistência Social, Educação,

A live será para dialogar e dar visibilidade às questões relacionadas ao trabalho dos vigilantes durante a pandemia de COVID.

Participe deste bate-papo!

Saiba sobre a atuação do Sindvigilantes Bahia e da Confederação Nacional dos Vigilantes – CNTV, com a presença do Presidente José Boaventura Santos.

Oportunidade de conhecer mais sobre o que está sendo feito, contribuir e ajudar a

Segurança Pública e demais interessados em defender políticas para segurança pública alinhadas com a perspectiva dos Direitos Humanos e Prevenção à Violência.

O objetivo é pautar junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário políticas públicas para garantir a Cidadania, Saúde, Educação, Assistência Social e Segurança Pública, efetivando assim uma Política de Defesa Social em nosso Estado.

Fonte: CNTV

DESEMBARGADOR SUSPENDE MEDIAÇÃO DEVIDO ÀS DIVERGÊNCIAS DAS EMPRESAS COM O MINISTÉRIO PÚBLICO



Presidente Dias, no computador, e diretor Luis Henrique Aguiar, na videoconferência de hoje

A mediação da negociação da Convenção Coletiva – 2020 dos vigilantes na Justiça do Trabalho foi suspensa pelo desembargador Francisco Rossal de Araújo, vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-RS), na manhã desta terça-feira. Ele não aceitou a exigência da entidade patronal (Sindesp) de que sejam resolvidas suas divergências com o Ministério Público do Trabalho (MPT), em torno do jovem aprendiz e outras questões, para continuar negociando.

“Nesses termos não prossigo, vou encerrar a mediação”, anunciou o desembargador, diante das condicionantes apresentadas pelos

representantes das empresas.

Participaram, por videoconferência, os presidentes do Sindivigilantes do Sul, Loreni Dias, do sindicato de São Leopoldo e Região, Moisés Machado, o assessor jurídico Arthur Dias Filho, e também o presidente do sindicato de Pelotas, Marcelo Puccineli Alves e sua assessora jurídica, além das representantes do MPT, procuradoras Beatriz Junqueira Fialho e Mônica Delgado.

Já a entidade patronal (Sindesp), foi representada pelo seu presidente, Sílvio Pires, e o assessor jurídico, Mário Farinon.

O desembargador tentou conduzir a

discussão para os temas que interessam aos vigilantes, como o reajuste salarial e manutenção dos empregos, já que a reunião passada foi toda consumida pelo debate entre Sindesp e Ministério Público. “Temos que andar para a frente, escolher os temas principais, mas se não der encerramos a mediação”, avisou Francisco Rossal.

Mas não adiantou, os representantes das empresas só quiseram tratar das suas divergências com o MPT, ou seja, as contratações para o jovem aprendiz, pessoas com deficiência, a prorrogação de jornada, os intervalos e a guarda de chaves de bancos públicos por vigilantes.

Segundo Farinon, o Ministério Público abriu processos contra algumas empresas para anular cláusulas sobre esses temas que foram firmadas nas convenções coletivas de trabalho.

O assessor jurídico dos sindicatos manifestou-se dizendo que o intervalo de 30 minutos está previsto em lei, mas se for indenizado deve ser pago o valor de uma hora inteira, argumentou. Arthur também disse que o gozo do intervalo não pode ser na primeira ou na última hora da jornada, como tem acontecido em alguns postos de trabalho.

Problema externo

Porém, o assessor jurídico do Sindesp voltou a questionar o Ministério Público que, segundo ele, estaria interferindo indevidamente nas convenções coletivas negociadas. “O problema é externo”, afirmou Farinon, referindo-se ao MPT. “Com os sindicatos profissionais não há problema, sempre negociamos, mas enquanto o problema externo (MPT) não for resolvido, não fecharemos nenhuma negociação coletiva”, completou.

Neste momento, o desembargador disse que não poderia aceitar esse tipo de condicionamento sobre o MPT e que estava encerrada a mediação.

“A atuação do MPT deriva de atribuição

constitucional e legal e é seu dever fiscalizar a legalidade das cláusulas derivadas de uma negociação coletiva e, dentro do devido processo legal, quem dará a última palavra sobre tal atuação é o Poder Judiciário”, acrescentou o vice-presidente do TRT-RS, na ata da audiência.

Chantagem da entidade patronal

Segundo a procuradora Beatriz, “não é a primeira vez que acontece esse tipo de chantagem” da parte da entidade patronal.

“O Ministério Público lamenta a atitude do sindicato patronal e causa estranheza que seja o único a agir dessa forma, prejudicando a negociação coletiva devido a ações com relação ao jovem aprendiz. Essa questão é seguidamente tratada no segmento de asseio e transporte e nunca chegou a este estado de ruptura entre categoria econômica e profissional”, afirmou a procuradora.

Desta forma, por enquanto, estão encerradas as negociações com a mediação da Justiça do Trabalho.

Mas os sindicatos profissionais esperam que o Sindesp pense nas consequências, no clima de insatisfação que isso vai gerar entre os vigilantes, e volte atrás: “Na verdade não teve negociação, é lamentável que os empresários tenham tido esse posicionamento, provocando o rompimento de uma negociação na Justiça do Trabalho devido a uma questão que diz respeito a eles e ao Ministério Público, esperamos que repensem e voltem a negociar”, ressaltou o presidente Dias.

Vale lembrar que na primeira reunião de mediação o Sindesp apresentou como proposta, em vez de reajuste, uma redução salarial de 12 por cento. Nas duas audiências seguintes não se voltou a tratar disso, pois as discussões ficaram restritas ao impasse da entidade patronal com o Ministério Público.

FONTE: SINDVIGILANTES DO SUL

Bolsonaro vai sancionar o corte de salário, diz secretário

Total de acordos para redução e suspensão de contratos vai a 11,6 milhões



Bianco diz que um novo programa está sendo feito

BRASÍLIA - O governo vai prorrogar “nos próximos dias” o programa que permite a suspensão do contrato de trabalho ou redução de jornada e salário de empregados. De acordo com o secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco, a possibilidade de suspensão será ampliada por mais dois meses e a de redução de jornada e salário, por mais um mês.

Segundo Bianco, o presidente Jair Bolsonaro vai sancionar a Medida Provisória 936, aprovada em meados de junho pelo Congresso e que permite a prorrogação do programa até o fim do ano, a critério do Executivo. Em seguida, o presidente editará um decreto prevendo a ampliação da suspensão por mais dois meses e, da redução, por mais um mês. Na primeira leva, a suspensão já pode ser feita por dois meses e a redução por três.

Lançado em abril, o programa chamado de Benefício Emergencial prevê que o governo pague parte do salário suspenso ou reduzido, até o limite do seguro-desemprego (R\$ 1.813). Segundo dados divulgados ontem pela pasta, o número de acordos firmados dentro do programa chega a 11,698 milhões até o dia 23

de junho.

De acordo com o Ministério da Economia, desse número 5,423 milhões correspondem a acordos para a suspensão de contratos. A redução de 70% no salário alcançou 2,256 milhões de acordos; de 50%, 2,144 milhões; e de 25%, 1,706 milhão.

A maior parte dos acordos foi firmada no setor de serviços (5,353 milhões), seguido de comércio (2,966 milhões) e indústria (2,758 milhões).

Critérios

A prorrogação manterá a exigência de que os empregos sejam preservados pelo dobro do prazo do acordo. Quem suspender por mais dois meses o contrato, por exemplo, terá de garantir estabilidade por quatro meses. “Pode haver idas e vindas (na abertura da economia), por isso é fundamental a prorrogação”, afirmou Bianco.

Aos empregadores que já suspenderam os contratos por dois meses, que era o prazo máximo, Bianco disse que a orientação é aguardar o decreto ou reduzir a jornada e o salário em até 70% por um mês, o que é permitido pela lei em vigor.

“Não vejo aumento de desemprego (por demora em prorrogação), pelo contrário. Isso vai ajudar a preservar empregos”, acrescentou.

O secretário disse ainda que o governo trabalha em um programa novo para geração de trabalho para ser lançado logo após o fim do Benefício Emergencial. O ministro da Economia, Paulo Guedes, já disse a empresários que quer criar um regime especial com menos encargos para as empresas. “Nosso alvo é geração de postos de trabalho e melhoria do mercado”, afirmou Bianco.

Fonte: Terra

Guedes quer cortar lista de doenças passíveis de aposentadoria por invalidez

Grupo de trabalho já foi criado



Os ministérios da Economia e da Saúde criaram um grupo de trabalho para reavaliar a lista de enfermidades que autorizam o pagamento de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez. As possíveis mudanças ocorrerão na Lei nº 8.213, de julho de 1991, segundo reportagem do site Metrôpoles.

A portaria com a determinação foi publicada nesta segunda-feira 29/VI no Diário Oficial da União, assinada pelos ministros Paulo Guedes e general Eduardo Pazuello.

A ideia do governo é apresentar as novas diretrizes em 180 dias. O grupo de trabalho entregará aos ministros um relatório com a “proposição de encaminhamentos”.

Atualmente, a legislação aponta algumas doenças que isentam a carência para o benefício de auxílio-doença, como tuberculose

ativa, hanseníase, alienação mental, esclerose múltipla, hepatopatia grave, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, entre outras.

Diz o Diário Oficial da União:

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 256, DE 26 DE JUNHO DE 2020

Institui Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) no âmbito dos Ministérios da Economia e da Saúde com o objetivo de revisão da lista de doenças e afecções que isentam de carência conforme disposto no inciso II do art. 26 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Leia a íntegra do DOU no link: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-n-256-de-26-de-junho-de-2020-263899051>

Fonte: Metropoles

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF